

# Meio Ambiente, Mosquito e Pistologem na Barragem de Tucuruí<sup>1</sup>

*Maria das Graças da Silva<sup>2</sup>*

## Introdução

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE Tucuruí), no sudeste do estado do Pará, é um dos grandes projetos de investimento, planejado e executado pelo Estado brasileiro na região amazônica, numa atitude centralizada e autoritária. Com a sua construção foram inundadas, em 1984-1985, aproximadamente 2.850 km<sup>2</sup> de floresta das margens do rio Tocantins, incluindo parte da reserva dos índios Parakanã e alguns núcleos urbanos, deslocando compulsoriamente de suas área de moradia e trabalho cerca de 30 mil famílias.

A idéia de implantação deste projeto surgiu através de um grupo da tecnoburocracia do governo federal, pertencente ao Ministério das Minas e Energia, à Eletrobrás e à Presidência da República. As decisões, estudos, debates ficaram circunscritos a este grupo. Após a decisão definitiva da construção, outros atores sociais, com atuação nacional e estadual, foram informados, mas com pouco espaço para se posicionarem.

Essa postura contribuiu para que, inicialmente, fosse construído um consenso, uma legitimidade em torno da construção da hidrelétrica. Isso na prática adiou os conflitos, que só começaram a se manifestar quando as ações expropriatórias estavam se consolidando. Os diversos segmentos do campesinato não foram considerados

1 Texto referenciado na dissertação de Mestrado, apresentada e defendida junto ao Programa de Pós-graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em Fevereiro de 1997. Em razão da construção da Segunda Etapa da UHE Tucuruí a partir de 1999 e da dinâmica dos conflitos socioambientais naquela área, o tema objeto desse estudo continua sendo inédito.

2 Doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ, 2002), Professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará Socióloga.

como atores no processo de implantação. É praticamente inexistente qualquer referência a uma preocupação da empresa com relação ao deslocamento de populações. Os espaços precisavam ser desocupados para atender a lógica utilitária da empresa.

A alternativa de progresso anunciada pela construção da barragem não podia ser recusada; ela representava o desenvolvimento e a integração trazidos pelo governo federal para a região. Na realidade, a hidrelétrica se constituiu em meio para a produção do alumínio, o que para os grupos envolvidos representou investimento e crescimento econômico, sem, no entanto, representar consumo para a população local. Os sujeitos empreendedores do Projeto nada fizeram em termos de políticas sociais para diminuir os custos sociais da modernização, sequer em termos de políticas compensatórias.

Mas, na medida em que o desenvolvimento, simbolicamente representado na região de Tucuruí pela construção de uma das maiores hidrelétricas do mundo, não foi capaz de incluir as populações locais no seu planejamento, inúmeras mobilizações sociais começaram a emergir a partir da metade dos anos de 1980. Grupos sociais locais passaram a reivindicar a efetivação das compensações pelo deslocamento provisório, em conturbado processo de pressão e negociação que se prolongou ao longo de muitos anos. Eles passaram a politizar suas demandas.

Nesse sentido, as diversas lutas são formas de protestos pela expropriação territorial de grupos camponeses, fundamentos da postura da empresa do Setor Elétrico para implantar a hidrelétrica. Isso acabou por promover a mobilização social e a construção da identidade social de “atingidos por barragem”, culminando com a constituição do “Movimento de Resistência dos Atingidos pela Barragem”, a exemplo do que aconteceu em outras regiões do país.

O Movimento dos Atingidos se constituiu num espaço de socialização política, canalização e articulando demandas e representando os interesses dos camponeses, superando as discontinuidades, muitas vezes impostas pelos mecanismos de coerção e repressão do Estado.

Todas as negociações no sentido da relocação e de fixação das indenizações foram feitas no plano coletivo. Isto, de um lado, favoreceu o fortalecimento da luta; de outro, homogeneizou todas as situações, desconsiderando as particularidades.

As condições de existência dos grupos locais tornaram-se críticas, afligidos que foram por uma praga de mosquitos incontrolada e crescente desde 1987. No início dos anos de 1990, esses grupos permaneciam em um impasse, ameaçadas por uma acentuada proliferação de insetos em sua área inicial de relocação e por “grileiros”, agentes da apropriação violenta de terras, armados pelos latifundiários locais, que pretendiam a posse das novas áreas para onde a Eletronorte – empresa estatal responsável pela construção e operação da Usina – removeu pela segunda vez as famílias expropriadas.

A luta dos atingidos pela construção da barragem de Tucuruí, e, devido à “praga dos mosquitos” e, mais recente e localizadamente face à coerção e à pistolagem, é uma dentre as várias que os camponeses vêm travando para assegurar direitos de uso coletivo, contrapor-se à desestruturação de institucionalidades existentes, e impedir a apropriação de seus territórios. É importante ressaltar que foi o próprio Estado quem provocou o rompimento dessas institucionalidades, apropriando-se de terras e recursos de territórios já habitados.

O movimento dos “atingidos” revela a importância das mobilizações e organizações para as lutas locais, e das alianças políticas para a universalização de suas denúncias no confronto com os seus opositores. A luta social foi uma manifestação do grupo negado, que atestou sua existência para os dominantes, que tinham imposto a desestruturação do espaço segundo seus interesses como algo natural e inerente ao progresso e ao desenvolvimento.

A luta dos expropriados não está inscrita apenas na realidade amazônica, mas nela os conflitos têm assumidos singularidades próprias, o que não é obstáculo para que se estabeleçam articulações com escalas territoriais para além do localismo.

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

A luta social dos diversos segmentos do campesinato, deslocados compulsoriamente pela lógica utilitária do grande projeto de investimento, indica a recusa da condição social de expropriado, e engendra um projeto maior de cidadania.

Os conflitos sociais decorrentes desse jogo de forças contraditórias prescrevem lutas por direitos. Direito à terra, a plantar, a colher... à vida. Um direito que, no discurso oficial, já estava garantido, mas na prática era negado, invisibilizado pelo tecnocratismo da representação oficial. No discurso dos expropriados, a noção de direito afasta-se das referências formais dominantes e articula-se mais com a idéia de justiça do que de legalidade. Em suas representações não defendiam uma *solução legal* para os seus problemas, mas sim uma *solução justa*.

Essa concepção de direitos associada à idéia de justiça construída na luta, na resistência pelos movimentos populares encontra oposição nas esferas do Estado e setores dominantes da sociedade, mas que já não podem desconhecer o seu poder de pressão, que é cada vez mais reforçado pela identidade social, enquanto unidade de interesses que se constrói a partir de vivências e problemáticas comuns, e da consciência que se forma na necessidade de negar as práticas dominantes.

Entende-se que, de alguma forma, a diversidade das ações de protestos e denúncias, de gestões e negociações, foram fatores que obrigaram os interlocutores a reconhecer a legitimidade das lideranças do movimento como sujeito político.

Dentre as várias escalas sociais e territoriais que têm assumido o processo expropriatório e o movimento de resistência dele decorrente, importa resgatar neste texto o processo engendrado pelo planejamento territorial do Setor Elétrico, afora outros conflitos socioambientais, aquele referente a uma dimensão sócio-territorial específica, o processo de expropriação e luta da Gleba Parakanã e, mais tarde (re)relocação no Rio Gelado, município de Novo Repartimento.

A opção metodológica por esse *estudo de caso* possibilita o aprofundamento das análises, das reflexões dessa realidade, conferindo maior visibilidade à dinâmica na qual se constrói os processos de deslocamento compulsório, relocação e conflito fundiário. A opção por estudar especificamente o processo de expropriação dos colonos deslocados da “velha transa” para a Gleba Parakanã, justifica-se pela última possuir algumas particularidades que a colocam em situação diferenciada das demais áreas onde foram relocados grupos expropriados. Trata-se de uma área de terras que, originalmente, pertencia aos índios Parakanã, e é, segundo a Eletronorte, a maior área de relocação de expropriados - setecentos e trinta e sete famílias; por outro lado, foi uma das áreas mais afetadas com a proliferação da “praga dos mosquitos” devido à degradação da água do lago reservatório. Por fim, a quase totalidade das famílias não se constitui em grupo nativo da região, mas migrantes, oriundos do projeto de colonização-PIC Marabá, criado nos anos 70 como parte do Programa de Integração Nacional.

Essas situações assumem uma singularidade na dinâmica do processo mais geral da expropriação e dos deslocamentos compulsórios, visto que, desde o início da construção do espaço social, os colonos tiveram que enfrentar o conflito com os índios Parakanã, que passaram a vê-los como intrusos, chegando à sua inviabilização político-administrativa face à atuação de agências do Estado.

Diversos outros problemas, de ordem conceitual ou de procedimento, poderiam ser mencionados como a desconsideração da dimensão político cultural do deslocamento compulsório, da desconsideração das peculiaridades socioculturais dos grupos sociais locais atingidos que foram com a construção da UHE Tucuruí.

A proliferação dos mosquitos, após a formação do reservatório, resultou em sérias implicações nas condições de vida e práticas de trabalho daquele grupo social, que retomaram as mobilizações sociais, reivindicando da empresa ação corretiva. Como a ação da empresa,

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

neste sentido, mostrou-se ineficaz, um novo conflito instaurou-se com a ação coletiva de um novo acampamento em frente à Eletronorte. Incide na luta à dimensão ambiental, que é incorporada no discurso dos mediadores, de sindicalistas, políticos e se constituiu no grande eixo das denúncias, protestos e reivindicações. A incidência dos mosquitos culminou por inviabilizar a permanência humana e animal na área, tendo que ser criado um novo espaço para (re)relocar os atingidos pela “praga dos mosquitos”.

Depois de quase dois anos de acampamento foi criado o Projeto de Assentamento Rio Gelado, em terras na União. Deslocados para a área do novo projeto, os colonos não receberam indenizações de suas benfeitorias, pois o INCRA e a Eletronorte não cumpriram o compromisso assumido.

As famílias situadas mais próximas ao lago ficaram impossibilitadas de trabalhar em suas roças, e em seus currais. Devido aos mosquitos, foram deslocando-se para o acampamento em Tucuruí, ou para a sede do município de Novo Repartimento. Ficaram quase quatro anos acampadas, perdendo tudo que tinham começado a construir na Gleba Parakanã. O Rio Gelado despontou como uma possibilidade de recriar antigos modos de vida. Mas devido à morosidade burocrática do INCRA em demarcar os lotes e (re)relocar os colonos expropriados, já começou inviabilizando a disputa por um território superposto.

O conflito no Rio Gelado configura-se pela disputa de uma base material que assume distintas significações para os pólos conflitantes: de um lado, tendo a seu favor as liminares da Justiça, o madeireiro que alega propriedade de parte da área do projeto de assentamento criado pelo INCRA e tem, a seu favor, as liminares da justiça, e para quem os recursos existentes, constituem-se em fonte de lucro; do outro lado, os colonos que lutam em nome dos seus direitos e para quem a floresta representa a base material de reprodução das famílias para lá deslocadas.

Assim, esta dissertação representa um esforço de apreensão e análise dos processos de

lutas envolvendo um dos segmentos do campesinato, expropriados devido à intervenção do Estado no espaço regional, através do planejamento do setor elétrico, que foram deslocados compulsoriamente e relocados autoritariamente em terras que originalmente pertenciam aos índios Parakanã e, mais recentemente, para o Projeto Rio Gelado, hoje enfrentando um processo de relocação inconcluído devido a inviabilização político-administrativa da Gleba Parakanã e a paralisação do Projeto Rio Gelado, que se encontra sob júdice, aguardando decisão judicial face ao conflito fundiário com a empresa madeireira Abralho Verde.

### **Gleba Parakanã: de reserva indígena a território de relocação de colonos expropriados**

A Gleba Parakanã localiza-se no município de Novo Repartimento, no sudeste paraense, à margem esquerda da Transamazônica (BR-230) e da reserva indígena dos Parakanã, entre os rios Pucuruí e Bacurí. Por via rodoviária, o principal meio de acesso à gleba, situa-se cerca de, aproximadamente, 20 km do núcleo urbano do município de Novo Repartimento. Os índios Parakanã foram cadastrados e assentados pela FUNAI na área da Gleba Parakanã em 1971. foram deslocados compulsoriamente, em 1982, Com a formação do reservatório de Tucuruí, parte da reserva Pucuruí onde viviam os índios foi inundada. A área restante foi cortada pela construção do desvio da Transamazônica, cujo traçado inicial também foi atingido pela inundação, sendo a área direita, no sentido norte, revertida ao patrimônio da União e colocada à disposição da Eletronorte. Alguns autores avaliam que a FUNAI, enquanto órgão federal responsável pela coordenação e execução da política indígena, pouco fez para reverter ou minimizar os danos do deslocamento compulsório a que foram submetidos os Parakanã.

Magalhães (1991) mostra que os índios Parakanã, nas últimas décadas, sofreram a intervenção direta da ação governamental: a

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

abertura da Transamazônica (1971); a construção da UHE-Tucuruí (a partir de 1976); e a implantação do Projeto Grande Carajás (1982/83), ações que refletiram sobremaneira no espaço de vida destes índios, que já vinham sofrendo o intrusamento de suas terras para a extração de madeiras.

Em 1981, a partir de uma reunião realizada em Tucuruí entre Eletronorte e FUNAI, o GETAT propôs que as terras localizadas junto à fronteira leste da antiga Reserva Indígena Parakanã fossem utilizadas para relocar camponeses expropriados. A área corresponde a aproximadamente 64.100 ha e deveria continuar anexada a Reserva Indígena.

Esta decisão, além de desprezitar a legislação de proteção indígena - o Estatuto do Índio -, concorreu para acirrar as tensões já emergentes na região de Tucuruí devido às apropriações de terras camponesas e indígenas pelo projeto de construção da hidrelétrica. A área passou a ser reconhecida oficialmente como disponível para fins de relocação de camponeses expropriados.

As terras do Projeto de Assentamento Gleba Parakanã, tal como considerada oficialmente pelo INCRA, tiveram suas configurações territoriais seguidamente alteradas. A reserva indígena original foi descaracterizada pela abertura no seu interior do desvio do trecho da BR-230, inundado em 1984 com a formação do lago. A Eletronorte, sofrendo pressão dos expropriados que habitavam às margens da rodovia Transamazônica, e que ainda não tinham sido relocados, embora estivessem há quase cinco anos com essa expectativa, passou a considerar a idéia de relocar estas famílias para as terras dos Parakanã. Dada a natureza das soluções encontradas, tudo indicou que o convênio firmado entre a FUNAI e a Eletronorte – em decorrência do Plano Diretor para a proteção e melhoria do meio ambiente nos serviços do Setor Elétrico (1986) – teria representado para a FUNAI antes um instrumento de obtenção de recursos financeiros do que de promoção de estratégias de enfrentamento dos males dos deslocamentos compulsórios dos índios (SANTOS & NACK, 1991).

## A Reprodução da Desposseção - “sem planta, sem terra, sem lugar”

Os camponeses, deslocados para aquela Gleba, foram basicamente os colonos expropriados da “velha transa”, migrante, vindo dos mais diferentes lugares do país, como exemplo, Santa Catarina, Goiás, Maranhão etc, e que na década de 70, levados pelos incentivos do governo federal, deslocaram-se para a Amazônia, onde tinham promessas de doações de terras, subsídios à agricultura e à moradia.

Como outros grupos sociais de camponeses (ribeirinhos, agricultores, extrativistas etc), os colonos tiveram que enfrentar as adversidades decorrentes da implantação da barragem de Tucuruí. A área da “velha transa” onde habitavam os remanescentes dos projetos de colonização dos anos 70, passou a fazer parte inundável do reservatório de Tucuruí, o que inviabilizou a permanência de suas famílias no espaço em que haviam sido assentados dez antes.

Em meados dos anos 70, juntamente com os procedimentos de levantamento de recursos e benfeitorias de cada unidade familiar, a Eletronorte levou a promessa de progresso para a região – os benefícios da construção da barragem. Com o discurso de progresso e de desenvolvimento, o planejamento energético justificava então o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Tocantins. Os colonos, por sua vez, trazem nas suas histórias de vida as marcas referidas de “andanças”- noção que ultrapassa a mera descrição de deslocamentos-, designando um processo migratório sequenciado que se dinamiza cada vez mais no país.

O deslocamento territorial dos camponeses que deixaram seus estados de origem desde os meados dos anos 50, e com maior intensidade na década de 70, resultou da expulsão de territórios que tornaram-se objeto de conflitos e de concentração fundiária. Aos atos de força ou

1 Assim referem-se os expropriados, ao antigo trecho da Rodovia Transamazônia, que foi inundado com a construção da barragem. Fazem-no em oposição ao novo trecho construído, que denominam de “nova transa”.

violência, somou-se a privação econômica como fator de expulsão, tal com exprime o depoimento: "... eu vim prá cá pro Pará por causa de terra, porque lá no Espírito Santo, o capixaba não vale um quilo de toucinho, não. Trabalha o dia inteiro pra levar oitocentos grama de toucinho"(Colono capixaba, Rio Gelado, fev/ 96).

### Quando o Rio se Fecha

A contemporânea luta dos expropriados por relocação envolve uma série de situações que têm gerado um enorme e prolongado processo conflitual, entre diferentes atores sociais, num campo político de poder. Uma das marcas de construção deste campo de conflito social que vem se processando entre Eletronorte e segmentos camponeses expropriados tem sido as tensões decorrentes das *perdas* resultantes da expropriação, que acompanhou a construção da UHE-Tucuruí.

Essas perdas não se reduzem apenas aos lotes de terras, mas envolvem valores sócio-culturais e referências ambientais, socialmente construídas e preservadas. A nova ordem imposta pela implantação da hidrelétrica destrói antigos sistemas de vida e impõe novas dinâmicas espaço-temporais. Os expropriados, após as relocações nas respectivas glebas, em que pese insatisfações latentes, buscam reconstruir um tempo de equivalências, traduzidos no esforço de reconstrução dos antigos modos de vida. Na Gleba Parakanã, por exemplo, os colonos expropriados lançaram-se na construção social do "novo" território para "recuperar o tempo parado" em um contexto de desarticulação de toda cadeia de processos ecológicos e socioculturais que do rio dependiam.

Um novo ambiente aquático também foi transformado devido à eutrofização da água do reservatório pela decomposição da matéria orgânica inundada. Um dos processos mais visíveis dessa alteração diz respeito à proliferação de macrófitas no lago, uma espécie de planta aquática que constitui um criatório primário de larvas de mosquitos e insetos hostis à convivência humana e animal.

Para a Eletronorte essa situação adveio da falta de conscientização do Setor Elétrico sobre os problemas ambientais da construção da barragem, embora na época estivesse acompanhando os estudos referentes às conseqüências nefastas da inundação de florestas tropicais na usina de Brocopondo no Suriname. A contratação de Robert Goodland, ecologista consultor do Banco Mundial que havia trabalhado para Furnas e para a Cemig parecia indicar uma preocupação. Mas nenhuma preocupação com questões ambientais poderia alterar significamente o projeto da obra. É o que sugere o depoimento de um dos diretores da Eletronorte na época:

Naquela ocasião disse a ele: eu quero um relatório para fazer a obra... quero saber como realiza a obra, ignorando o que for possível em relação aos problemas ambientais. Não me interessa um relatório que diga que vai inundar a floresta e não pode fazer a obra. Realmente, ele fez um relatório interessante para nós que serviu de base para muitas coisas que se fez ao longo da construção da obra.<sup>1</sup>

Teixeira (1996) considera que o “diagnóstico Goodland”, concluído em 197, serviu para satisfazer uma exigência do Ministério das Minas e Energia, uma vez que as recomendações referentes a “ecologia social” e “populações indígenas” não foram efetivadas e os impactos repercutiram-se duradouramente nas condições de vida de grupos sociais locais, como o atesta, entre inúmeros impactos, o surgimento da chamada “praga dos mosquitos” que inviabilizou a permanência de populações relocadas na Gleba Parakanã.

## A Praga dos Mosquitos

O rio represado encheu inicialmente, formando o grande lago reservatório, mas em seguida, baixou. Quando encheu pela segunda vez, no final de 1985, início de 1986, veio o primeiro indício da ocorrência de mosquitos. A partir de então eles foram se proliferando de forma incontrolável, atacando principalmente a

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

1 ELETROBRÁS, 1992, cap. I, p. 5

margem esquerda do reservatório, área que não sofrera desmatamento, ficando submersos o solo e a flora.

Ao longo desta margem, muitos expropriados havia sido relocados. A Parakanã é a gleba que está localizada mais centralmente com relação ao lago, e, por estar mais próxima às áreas onde a proliferação de macrófitas se fez de forma mais acentuada, foi a mais atingida. Esta foi a gleba que apresentou maior incidência<sup>1</sup> da “praga dos mosquitos”, assim como ficou conhecido o fenômeno que veio mais uma vez desestruturar os modos de vidas que começavam a ser reconstruídos nos territórios onde expropriados tinham sido recém-relocados.

As lideranças do movimento dos expropriados retomaram as mobilizações sociais novamente, em função da crise socioambiental que se instaurara:

Alguns técnicos já previam isso antes mesmo do enchimento do lago e passaram essa informações, através de relatório técnico para direção da ELN. Eles alertaram para os danos ambientais que poderiam ocorrer. Aconselharam que não deveria ser assentado ninguém nas margens do lago, que poderia acontecer isto” (Entrevista com líder sindical, Parakanã e Rio Gelado, mar/96).

Este depoimento confirma uma passagem do Relatório da Eletrobrás (1992), segundo o qual:

representantes da comunidade científica anteviam diversos efeitos ambientais, a imprensa do período ilustra algumas destas previsões: ‘... os técnicos do INPA temem que, no lugar da maior floresta tropical do Pará, seja formado o maior lago morto do mundo, acarretando uma hecatombe ecológica que comprometeria o próprio funcionamento da hidrelétrica (Estado de São Paulo, 22.09.81).

<sup>1</sup> Cf.O Relatório da Comissão Interministerial de novembro de 1994 informava que o relatório Entomológico do INPA, de 1990, classificava as áreas mais próximas à barragem em relação à densidade de mosquitos ( *Mansonia titilans*): a densidade menor foi de 10 mosquitos/ Homem x hora ( gleba Bandeirante e linha 51) e a maior ( alta) foi acima de 100 mosquitos Hxh, ( gleba Parakanã, Pucuruí e linha 45). Na Parakanã foram observados até 500 mosquitos Hx h. O *Mansonia* teve um índice de presença de 97,1%.

Os recém-relocados em áreas próximas às margens do lago passaram a enfrentar uma hostilidade biológica sem precedentes: “a praga dos mosquitos”, que, a partir de 1986, invadiu os lotes, as casas, ocasionando uma mudança qualitativa na vida daqueles expropriados. Mudou também a fisionomia do território.

No início, esse segmento social tentou conviver com a situação continuando suas atividades. Mas a incidência da “praga” aumentou enormemente. Ainda assim, pouca coisa foi feita naquele ano. A mobilização social foi retomada apenas em 1987, quando os atingidos passaram a se manifestar com mais frequência junto à direção da Eletronorte. Pouco foi então a repercussão.

A situação tornou-se, porém, insustentável. Algumas famílias, no desespero, começaram a vender os seus lotes por preço irrisório. Mesmo assim, era difícil conseguir comprador. Outros abandonaram os lotes e foram para a “rua”, conforme mostra o depoimento de alguns moradores e da imprensa local:

Insuportável, ninguém podia mais trabalhar e nem dormir. A minha mulher ia prá frente de casa bater roupa no corpo das crianças, mas não dava conta. Aí veio o desespero, a gente se desesperou muito. Gente que abandonou seus lotes e foram procurar uma saída. Era preciso que o governo acatasse aquela calamidade do pessoal (Entrevista de líder sindical/ STR-NR, morador do Rio Gelado, fev/96).

Os moradores das glebas Parakanã e Santa Rosa, estão abandonando suas casas devido à presença de três tipos de mosquitos que matam animais domésticos... Por causa dos mosquitos as famílias estão emigrando para Repartimento, abandonando lavouras e gado, enquanto aguardam a solução para o problema” (Jornal A Província do Pará, 05.01.90).

A fronteira que se estabelecia entre as alterações socioambientais e a emergência do conflito social era um fio de seda. A demora em rompê-lo deveu-se à crença dos “atingidos” no discurso empresarial que prometia ações corretivas.

Na medida em que as providências não se mostravam suficientemente eficazes para livrar os relocados daquela situação hostil, a ação estatal começou a perder legitimidade. Esse foi o fator que desencadeou de novo os protestos frente à empresa. Reconheceu-se coletivamente, não só que as ações da Eletronorte eram ineficazes, mas que elas estavam sendo responsáveis por prejuízos à vida e à saúde, maiores do que os que já estavam vivenciando:

nós implantamos uma ação de reivindicação quanto à solução de combate à praga. Em 1987/88 o governo, junto com a Sucam, fez um combate de praga que não veio prevalecer. Em vez de combater a praga estava combatendo o sistema de saúde da população, tanto humana como animal (Entrevista com expropriado morador do Rio Gelado, fev/96).

A luta, agora, tem como elemento inédito não só as *perdas*, mas as condições *ambientais* que alteram substancialmente, a dinâmica cotidiana, no plano sanitário, psicológico e da sociabilidade. Tais situações irão alimentar um *conflito social renovado*.

No caso em estudo, o “novo” contexto de luta recrudescer a partir de uma nova articulação ambiental do conflito – inicialmente luta contra os efeitos de uma despossessão ambiental e sociocultural, e, em seguida, contra o caráter inóspito do ambiente da relocação.

A mobilização social que se reacendeu com a proliferação da “praga dos mosquitos”, a partir de 1987, articulou a luta pela reinserção territorial – iniciada no final da década de 70, com a questão ambiental. Uma nova dimensão somava-se à experiência de luta do movimento dos atingidos – configurando um conflito em que, de forma cada vez mais nítida, opõe sentidos diversos atribuídos a mesma base material e territorial. O meio ambiente apropriado para a produção hidroenergética não condiz decididamente com o ambiente da existência sociocultural das populações camponesas e ribeirinhas.

Somente em 1991, a Eletronorte, já convivendo com um acampamento dos expropriados no portão principal da empresa,

encomendou pesquisa para o Cenargem e Embrapa, que “não conseguiram localizar todos os pontos de criação de larvas de *Mansonia*...” (Eletrobrás, 1992). Em outubro de 1991, uma equipe composta por técnicos destas instituições encontraram larvas de *Mansonia* em raízes da *Eichosnia Crassipes*, uma macrófita abundante nas áreas mais afetadas.

## **A Relocação para um Território Inviável: nova trama dos expropriados**

A ausência de informações empíricas satisfatórias, a falta de uma política eficaz de combate aos mosquitos e o sério comprometimento das condições de vida e saúde pública configuraram, na perspectiva do movimento dos atingidos, uma crise socioambiental localizada.

As Glebas Parakanã, Andorinha, Pucuruí, Tucuruí, localizadas em volta do lago, foram bastantes afetadas pela “praga dos mosquitos”. A Gleba Parakanã, por estar mais próximas dos nichos de proliferação, foi a que sofreu maior incidência do fenômeno.

Este fenômeno impõe uma nova distribuição geográfica dos expropriados da Parakanã, cuja organização territorial, ainda que recente, vinha imprimindo uma nova dinâmica social, cultural e econômica, considerada pelos expropriados como relativamente satisfatória. A reação política, não só dos expropriados da Gleba Parakanã, mas de outras glebas, fazia-se mediante uma situação vivida de forma comum - a hostilidade do meio físico e biótico e a desqualificação sócio-política. A bandeira de luta, agora, por mais paradoxal que pareça, foi a do deslocamento da população para outra área.

com todo esse problema surgido nas áreas, o STR-Tucuruí em conjunto com as sub-delegacias, começamos a tomar umas iniciativas diante do constatado de que não seria combatida essa praga, começamos a organizar o movimento para deslocar essas famílias para outra área...(Líder sindical de Tucuruí, fev/96).

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

Na dinâmica do movimento em defesa dos direitos dos expropriados, as lideranças fizeram parte de comissões e reuniram-se com representantes da comunidade científica buscando obter esclarecimentos e orientações com relação à situação. As organizações não-governamentais, além da mediação, serviam de canal de informação e divulgação, procurando universalizar as situações, os riscos, as descontinuidades das providências.

Durante todo processo de negociação, cuja pauta central era a definição de soluções referentes aos mosquitos, as lideranças incluíam as antigas reivindicações ainda pendentes, como, por exemplo, indenizações pelo tempo em que ficaram parados e os 50 hectares de terra para complementares aos que possuíam nos antigos lotes. As lideranças, além das atividades de articulações, dos contatos, das negociações, foram responsáveis pelo trabalho de esclarecimento aos grupos, discussão com as comissões organizadas internamente, no acampamento: comissão de saúde, de alimentação etc.

Em 1992, por decisão da Comissão Interministerial, a representação do movimento e da empresa encontrou uma via de solução para o conflito. Através da Resolução n. 203, de 02.09.92, o Conselho Diretor do INCRA autorizou a indicação de uma nova área para deslocar o pessoal expropriado que estava sendo “atingido” pelos mosquitos. Foi criado o Projeto de Assentamento Rio Gelado, cuja demarcação e a respectiva (re)relocação dos expropriados estava sob a responsabilidade do INCRA.

Isso parece indicar que, depois de alguns anos de luta, o movimento conseguira interferir nas decisões, desta feita não mais da Eletronorte, mas da diversidade das agências, e de representantes dos ministérios, que formavam a Comissão Interministerial. Com a decisão de criar um novo projeto de assentamento, materializou-se o avanço da legitimidade do movimento diante da representação oficial do governo. legitimidade do movimento diante da representação oficial do governo.

## Rio Gelado: de território de vida a território de luta

O Projeto de Assentamento Rio Gelado-PARG situa-se a 157 km da sede do município de Novo Repartimento e a 203 km da cidade de Tucuruí. Foi criado pelo Conselho Diretor do INCRA-, através do Processo INCRA/DP/n. 2972-92 e da Portaria nº 203, de 02.09.1992, como parte das terras da Gleba Carajás. Abrange uma área de 260 mil hectares, com previsão para assentar 2.150 famílias. Cada lote começou a ser demarcado com 100 hectares. Segundo documento oficial do INCRA, o projeto destina-se a:

“... remanejar os trabalhadores rurais afetados pelos mosquitos, após a construção da barragem de Tucuruí (...) O projeto prevê a demarcação de 2.150 parcelas da infra-estrutura física do desenvolvimento da comunidade rural. (Relatório do INCRA/ Unidade Avançada de Tucuruí. 1994 )

A criação do PARG representa para os colonos mais uma tentativa de reconstrução de formas de vidas preexistentes ao grande projeto de investimento, e rompidas com a construção da barragem. A área do projeto foi identificada pelas lideranças do movimento. A partir da possibilidade de se efetivar o deslocamento para outra área. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí fez um mapeamento, com base nos registros de Cartórios de Imóveis de Marabá, de terras disponíveis em nome da União. Um dos fatores considerados neste procedimento foi a qualidade do solo, que deveria ser adequada às atividades agrícolas.

Os camponeses consideraram a criação do PARG como uma conquista importante do movimento de resistência que se desdobrara desde a expropriação sofrida no final dos anos 70, até o acampamento dos anos 90, após o surgimento dos mosquitos.

As lideranças do movimento que levaram os técnicos da Comissão na área. Eu não fui porque naquela época eu já corria risco de vida. Já estava ameaçado. Após a vistoria, fizeram um parecer técnico, dizendo que a área era viável, o solo era bom. Esse

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

relatório foi para Brasília. Após a análise do relatório, o Conselho Diretor do INCRA autorizou a criação do projeto, oficialmente ( Liderança Sindical, Rio Gelado, mar/ 96).

Fez-se então na Gleba Parakanã um cadastramento do pessoal que ia ser deslocado, que foi enviado à direção estadual do INCRA para ser liberado os recursos necessários ao deslocamento. Estes recursos, no entanto, só foram liberados em 1993, dificultando os procedimentos práticos. Em vista disso, de imediato, após a criação oficial do Projeto, 106 expropriados deixaram o acampamento e deslocaram-se para o PARG, para implantarem uma “roça comunitária”. A situação era de emergência, os acampados começavam a enfrentar dificuldades de existência material. As doações que até então vinham suprindo as necessidades de reprodução física, decorrido mais de um ano de acampamento, começaram a esparsar. A perspectiva era do trabalho coletivo para usufruto comum.

A implantação da “roça” configurou-se numa estratégia de luta para a apropriação material e simbólica do espaço. Envolve a reprodução da existência material e de práticas culturais. Era uma forma de pressionar o INCRA e a Eletronorte para que o processo de demarcação fosse agilizado. A expectativa era retirar o mais rápido possível o pessoal da área infestada pelos mosquitos.

Iniciados os trabalhos de brocamento e plantio, o próximo encaminhamento foi criar uma associação. A associação, além de somar força política na mediação do conflito, assume o papel de mobilizadora de recursos e de alianças. Esta iniciativa fazia parte das estratégias de luta, assim sugere o depoimento de um dos associados:

Nós criamos a associação porque nós não tínhamos pernas para andar. Tínhamos que ter uma instituição que nos representasse, e logo foi acertado essas questões. Ficamos com a sede lá no acampamento. Foi através dela que pudemos receber ajuda das entidades internacionais, que só faziam através de pessoa jurídica ( Ex. Diretor da Associação do Rio Gelado, fev/ 1996).

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

articulou assim as referências locais a apoios nacionais e internacionais na construção do “acesso à terra” como um direito.

Mas, se a “roça comunitária” foi um recurso utilizado pelo movimento para ocupar o espaço destinado ao projeto, foi também razão do novo conflito social que se instaurou na área. Foi durante a sua implantação que surgiram as primeiras ameaças de morte aos acampados na área. As ameaças partiam de homens armados, que se identificavam como empregados de uma empresa madeireira, cuja razão social é Abrolho Verde. Por diversas vezes, estes homens tentaram impedir o trabalho dos expropriados, incluindo suas atividades de extrativismo vegetal e animal, destinadas a produzir os alimentos das famílias.

As ameaças eram justificadas pela alegação de que colonos estavam invadindo partes das terras da empresa madeireira. Mas tais terras haviam sido reconhecidas oficialmente pelo INCRA, para efeito de criação do PARG, como terras da União. O conflito socioambiental da Gleba Parakanã desdobrava-se assim em um conflito fundiário tradicional. Os pequenos produtores expropriados pela construção da UHE Tucuruí eram lançados num confronto com os agentes da grilagem em terras de fronteiras. Mas estes últimos não tinham por finalidade apenas a posse da terra, mas a exploração acelerada dos recursos que ela dispõe.

## Meio Ambiente de Trabalho Versus Meio Ambiente de Acumulação

A “Gleba Carajás” é uma área arrecadada em nome da União, que abriga em seu interior uma diversidade de recursos naturais. Uma parte da floresta é rica em madeiras de lei, como, por exemplo, o mogno, madeira de grande valor comercial no mercado nacional e internacional. O solo é qualificado por agrônomos como de boa qualidade. Na área do PARG, o objeto de disputa não é só a terra. Para os colonos

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

expropriados, a luta vai além da mera questão de subsistência. Embora ela apareça como o elemento central, é juntamente com a construção simbólica do espaço que a memória cultural do grupo pode ser reconstruída. Para eles, a luta é por uma base material que, simbolicamente, representa a manutenção da existência sociocultural. Para a madeireira, ao contrário, trata-se de um território de onde a extração de madeira nobre pode gerar lucros e acumulação. A sua luta é para incorporar a terra como capital, preservando-a de sua apropriação por outras lógicas sociais.

Na disputa, várias foram as ações e estratégias dos atores. O madeireiro contratou “segurança armada”, utilizando a violência para evitar a presença do “outro”, do “invasor”. Recorreu à violência, por exemplo, para desfazer os limites entre a área da empresa e a do PARG, legitimando em seguida a nova fronteira pela força ordem jurídica.

O Projeto foi paralisado ante a demora do julgamento da ação pela justiça. Mas isto não intimidou os relocados que, com apoio da organização sindical e associativa, continuaram a agir e resistir. De base material para a reprodução da existência, o território transformou-se em um “campo de luta”.

Superpuseram assim dois territórios simbolicamente distintos. O madeireiro legitimado pela ordem jurídica e pela aprovação de dois projetos de “manejo florestal” pelo IBAMA, procurou expulsar os pequenos produtores familiares, defendendo a manutenção de sua área de “manejo”. Os expropriados, com apoio do movimento, passaram a defender o direito de permanecerem na terra demarcada pela agência governamental e a eles destinada, inclusive utilizando-se dos recursos naturais disponíveis na floresta, com os quais asseguram a sua reprodução material.

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, N° 6, V. 2, 2006

### **Considerações Finais**

Os episódios da “praga dos mosquitos” na Gleba Parakanã e da violência dos grileiros contra os relocados do Rio Gelado acrescentam novas experiências aos já conhecidos processos de

expropriação material e desestabilização sociocultural dos “atingidos por barragens”. Mostram, em particular, como as dimensões ambientais e fundiárias articulam-se de modo a constituir uma pluralidade multiforme de conflitos sociais tendo o meio ambiente como objeto.

Inúmeras lutas são desencadeadas contra a imposição de relações indesejadas entre as populações trabalhadoras locais e seus ambientes: lutas para não serem deslocados compulsoriamente de onde tradicionalmente estavam; lutas para não serem deslocados para onde não desejavam; lutas contra as perdas de produção e criação por ataques de índios que reagiram a ocupação compulsória de suas áreas; lutas contra as perdas de produção decorrentes da ausência de infraestrutura; lutas contra o recebimento de indenizações com valores inferiores aos de patrimônios e benfeitorias perdidos nas áreas compulsoriamente evacuadas; lutas contra a permanência em áreas de relocação compulsórias inviabilizadas pela hostilidade biológica do meio; lutas contra a grilagem violenta de terras que impossibilitaram a permanência de relocados em suas áreas de relocação ou (re)relocação; lutas contra o descumprimento de compromissos de autoridades públicas e por responsáveis pela construção da UHE Tucuruí; lutas pelo reconhecimento de autoridades do saber popular na evidenciação de fenômenos, como a “praga dos mosquitos”, dos quais se alega necessitar de atestação para justificar providências políticas do governo.

Portanto, evidências empíricas indicam que, a garantia das condições mínimas para a sobrevivência material das famílias nas áreas de relocação, dependem exclusivamente, da capacidade de organização, mobilização e pressão da categoria social de expropriados e, suas respectivas alianças. Essa é considerada uma das maiores lições aprendida pela movimento: superar reservas e transformar expectativas e necessidades, em projetos comuns, coletivos, para avançarem no enfrentamento de seus problemas socioambientais.

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, N° 6, V. 2, 2006

## Referências

ALMEIDA, A. W. B. **Conflito e Mediação**. Os antagonismo sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Museu Nacional/PPGAS, 1993.

ACSELRAD, Henri. **Planejamento Autoritário e Desordem Socioambiental na Amazônia**: Crônica do deslocamento de populações em Tucuruí. In revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: 25 (4): 53-68, out./dez., 1991.

BECKER, Berta K. **Geopolítica da Amazônia. A fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CASTRO, E., MOURA, E., e MAIA, M. L. (orgs.). **Industrialização e Grandes Projetos. Desorganização e Reorganização do Espaço**. Belém: UFPA, 1995.

CASTRO, Edna M. R. de. **Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidade**. In Na Trilha dos Grandes Projetos. Modernização e conflito na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1989, (pp: 41-70)

DUARTE, Rodrigo A.D. **Marx e a Natureza em o Capital**. São Paulo: Loyola, 1986.

ELETROBRÁS. **Contexto Econômico, Energético e Ambiental e o Setor Elétrico na Amazônia**. Rio de Janeiro: ago, 1991.

\_\_\_\_\_. **Livro Branco sobre o Meio Ambiente na Usina Hidrelétrica de Tucuruí**. Brasília, 1987.

\_\_\_\_\_. **UHE Tucuruí. Estudo de Caso - Entrevistas**. Rio de Janeiro: Arquitetura Ambiental S/C Ltda, set., 1992.

\_\_\_\_\_. **UHE Tucuruí. Estudo de Caso - Relatório Final**. Rio de Janeiro: Arquitetura Ambiental S/C Ltda, set., 1992.

\_\_\_\_\_. **Ambiente e Desenvolvimento: Comunidades Indígenas.** Brasília, s/d.

ENGEVIX. **Entrevistas com o SPI-Eletronorte.** Rio de Janeiro, 1987.

HÉBETTE, Jean. **O Cerco Está se Fechando.** Rio de Janeiro: FASE; Petropolis: VOZES e Belém: NAEA/UFPA, 1991.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber.** 2a. . Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Conflito Social e Produção do Espaço.** In Cadernos do IPPUR/UF RJ- Ano I, N.1, jan/abr., 1986.

IBASE. **Conflitos Sociais e Meio Ambiente. Desafios Políticos e Conceituais.** Rio de Janeiro, 1995.

LA ROVERA, Emílio L. **Energia e Meio Ambiente.**In MARGULIS, S. (ed.). Meio Ambiente: aspectos técnicos e econômicos. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília: IPEA/PNUD,1990.

LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia: história e perspectivas. Reflexões sobre a questão.** In Pará Desenvolvimento. Perspectiva da Industrialização. Belém: IDESP, n.º. 26, jan./jun. 1990.

MAGALHÃES, Antonio C. **Os parakanã e a Questão Ambiental.** In ACEVEDO, Rosa M.& HOYOS, Juan L. B. Hidrelétricas: conhecimento e dimensão ambiental. Belém: UFPA/ NUMA, 1993.

MAGALHÃES, Sônia B. **Exemplo Tucuruí- uma política de relocação em contexto.** In As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-capitalistas.** 4a. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MOUGEOT, Luc. **Planejamento Hidroelétrico e Reinstalação de Populações na Amazônia: primeiras lições de Tucuruí, Para.** In AUBERTIN, C. (org.). Fronteiras. Brasília: UNB; Paris: ORSTOM, 1988.

Comunicação Universitária:  
Revista do Centro de Ciências  
Sociais e Educação.  
Belém, N.º 6, V. 2, 2006

MÜLLER, Arnaldo C. **Hidrelétricas, Meio Ambiente e Desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1995.

MELO, Eugênio V. de et. elli. **Relatório de Análise do Projeto UHE Tucuruí**. Brasília: IPEA/CEDEC/ EME, mai-ago., 1982.

RANDOLPH, R. & BESSA, E. **O meio ambiente como forma específica de organização territorial. Elementos para uma discussão conceitual**. Cadernos do IPPUR/UFRJ - Ano VII, n.1, Abr. 1993. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR.

ROSA, Luiz P. **Hidrelétricas e meio ambiente na Amazônia. Análise crítica do Plano 2010**. In Revista Brasileira de Energia, Vol. 1, nº. 1, 1989.

SANTOS, S. C. & NACK, A. **Projetos Hidrelétricos e Povos Indígenas na Amazônia**. In HÉBETTE, J. (org.) O cerco está se fechando. Rio de Janeiro: FASE; Petropolis: VOZES e Belém: NAEA/UFPA.

SANTOS, Leinad A. O. & ANDRADE, Lúcia, M. M. (orgs.) **As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas**. São Paulo: CPI, 1988.

SIGAUD, Lygia. **Implicações Sociais da Política do Setor Elétrico**. In SANTOS, Leinad A. O. & ANDRADE, Lúcia M. M. de . **As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988.

VAINER, Carlos B. & ARAÚJO, Frederico G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VELHO, Otávio G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972